

Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal**

Tópico central da sociologia na sua fase de consolidação empírica, em particular nos países anglo-saxónicos, a mobilidade social não recebeu ainda, em Portugal, a atenção que lhe tem sido dada nas sociedades industrializadas depois do aparecimento do livro clássico de Lipset e Bendix¹.

É certo que os estudos empíricos sobre a mobilidade social requerem, para além da resolução dos complexos problemas teóricos e metodológicos envolvidos na questão das classes sociais, meios materiais consideráveis de que, até há pouco tempo, a comunidade científica portuguesa só raramente dispunha. Todavia, é tempo de ultrapassar esta lacuna, a fim de se conhecer não só a dimensão quantitativa do fenómeno, como também o seu impacto na recomposição e nas atitudes e comportamentos das classes sociais em Portugal².

Este ensaio é um contributo nesse sentido, constituindo apenas um exercício de quantificação da mobilidade social em Portugal feito a partir dos dados proporcionados por um inquérito, realizado em 1994, às atitudes da

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Comunicação apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia Económica, Lisboa, ISEG, Março de 1998. Com a colaboração dos sociólogos Nuno Alves e Alice Ramos, a quem agradeço o apoio no tratamento estatístico dos dados.

¹ S. M. Lipset e W. Bendix, *Social Mobility in Industrial Society*, Berkeley, University of California Press, 1959.

² Esta situação foi alterada com a recente publicação do importante trabalho de Elísio Estanque e José Manuel Mendes, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1997, que contém um longo capítulo sobre «Mobilidade social e permeabilidade das fronteiras de classe» (pp. 103-133). Antes, o contributo mais significativo para o estudo da mobilidade social em Portugal era o artigo de J. Ferreira de Almeida *et al.*, «Famílias, estudantes e universidade. Painéis de observação sociográfica», in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do 1.º Congresso Português de Sociologia (1988), Lisboa, Fragmentos, 1990.

população portuguesa perante o crescimento económico e a equidade social³. Em complemento, apresentar-se-ão as principais conclusões que se podem tirar, à luz do inquérito de 1994, acerca da forma como a pertença de classe e a mobilidade social afectam as atitudes e comportamentos da população portuguesa perante um conjunto relevante de questões da vida do país.

OPÇÕES PERANTE A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS

Não é minha intenção revisitar a vasta literatura sociológica existente sobre as classes sociais desde Marx e Weber até aos contemporâneos. Como é sabido, o debate está longe de ter chegado a conclusões definitivas. No presente contexto, será suficiente aludir às mais recentes teorias disponíveis acerca da estratificação e mobilidade sociais, a fim de explicitar as opções feitas com vista a este exercício.

Julgo ser pacífico que as duas «grelhas» hoje mais testadas, empiricamente, nos estudos sobre classes e mobilidade sociais são as propostas por E. Olin Wright e por John H. Goldthorpe⁴. Dispensando-me de considerações sobre os fundamentos teóricos de cada uma delas, que os autores amplamente fornecem, pretendo concentrar-me, neste momento, nas respectivas aplicações.

Como é sabido, Olin Wright começou por propor um *esquema de seis classes* no qual combinava, de acordo com a sua terminologia, as duas classes típicas do modo de produção capitalista (a *classe capitalista* e a *classe operária*) e a classe típica daquilo que o autor designa como «modo de produção mercantil simples» (a *pequena burguesia*), com os três «lugares contraditórios», como ele lhes chama, ocupados nas relações de classe pelo *pequeno patronato*, os *quadros executivos* e os *empregados*.

Independentemente das considerações que poderiam ser tecidas a respeito de cada uma daquelas designações, o certo é que Olin Wright evoluiu, significativamente, para um esquema mais complicado de doze posições acerca das quais escreveu: «A proliferação de ‘lugares’ estruturais concretos neste mapa permite uma investigação empírica muito mais subtil acerca da forma como as pessoas situadas nesses ‘lugares’ se organizam colectivamente em formações de classe»⁵.

³ Cf. M. V. Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta, 1997.

⁴ E. O. Wright, *Classes*, Londres, Verso, 1985; R. Erikson e J. H. Goldthorpe, *The Constant Flux: a Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon, 1993; cf. ainda a síntese de R. Breen e D. B. Rottman, *Class Stratification: a Comparative Perspective*, Hemel Hempstead, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf, 199, *maxime* cap. 4 (pp. 59-80).

⁵ E. O. Wright (1989), cit. por Breen e Rottman, *op. cit.*, p. 67.

Esquema de classes de E. Olin Wright

Posse de meios de produção

Proprietários de meios de produção		Não proprietários (assalariados)		
Possuem capital suficiente para empregar trabalhadores e para não trabalhar.	1. Burguesia.	4. Gestores qualificados (peritos).	7. Gestores semicredenciados.	10. Gestores não credenciados. +
Possuem capital suficiente para empregar trabalhadores mas têm de trabalhar.	2. Pequeno patronato.	5. Supervisores qualificados (peritos).	8. Supervisores semicredenciados.	11. Supervisores não credenciados. > 0
Possuem capital suficiente para trabalhar mas não para empregar trabalhadores.	3. Pequena burguesia.	6. Peritos não gestores.	9. Trabalhadores semicredenciados.	12. Proletários. -
		+	> 0	-

Posse de qualificações/credenciais

Pelo seu lado, Goldthorpe vem mantendo, apesar de toda a discussão que a sua proposta gerou ao longo do tempo⁶, a sua grelha de onze classes iniciais, susceptíveis de serem reduzidas a sete, cinco e três agregações principais, conforme os objectivos da pesquisa, nomeadamente o estudo da mobilidade social. O objectivo deste «esquema desdobrável» é menos ambicioso do que o das sucessivas grelhas propostas, posteriormente, por Olin Wright, sendo de notar, em compensação, como a última destas se aproxima de Goldthorpe em virtude dos mesmos propósitos de «investigação empírica».

Para este último, o objectivo do esquema «não é oferecer um *mapa de classes* definitivo para uma dada sociedade [...] mas sim um *instrumento de trabalho* adequado ao tipo de análise que se pretende efectuar: a *mobilidade social* é um deles, bem como a *previsão/explicação* de atitudes e comportamentos tais como os político-eleitorais ou as 'visões do mundo' das diversas agregações de classe»⁷.

⁶ J. Clark *et al.*, *John H. Goldthorpe: Consensus and Controversy*, Londres, The Palmer Press, 1990.

⁷ Breen e Rottman, *op. cit.*, pp. 73-75.

Em suma, como escrevem Breen e Rottman, «à pergunta quantas ‘classes existem numa dada formação social’? Goldthorpe responde: ‘Tantas quantas se mostrarem necessárias para os diferentes objectivos analíticos em mente.’» Por outras palavras, enquanto Olin Wright me parece tender, apesar das suas objecções, para uma concepção essencialista das classes estreitamente dependente da sua interpretação da teoria marxista do capitalismo, Goldthorpe tem uma concepção pragmática da estratificação social correspondente àquilo a que podemos chamar, à falta de melhor termo, o realismo sociológico.

Sendo assim, sou da mesma opinião que os citados Breen e Rottman, quando escrevem que «uma base para escolher [entre as duas grelhas: a de Olin Wright ou a de Goldthorpe] é a comparação do poder explicativo de cada uma delas com vista à previsão das desigualdades no domínio das ‘oportunidades na vida’ (*life chances*), da consciência de classe e das preferências, assim como em formas de comportamento tais como os padrões de voto»⁸.

Gordon Marshall e os seus colegas⁹ fizeram essa comparação empírica: «Testaram o poder explicativo dos esquemas de Goldthorpe e de Wright relativamente a certas variáveis dependentes (*outcome measures*), incluindo a mobilidade social, as intenções de voto, as atitudes perante a justiça distributiva e um índice de consciência de classe. Em todos estes casos verificaram que o esquema de Goldthorpe emergia como um preditor mais poderoso¹⁰.»

Daqui, em boa medida, a minha opção pelo último dos esquemas de classes referido. Acresce ainda que o método utilizado por Goldthorpe para converter os atributos sócio-ocupacionais dos indivíduos em critérios de classe é «extremamente (*disarmingly*) simples quando comparado com os procedimentos tortuosos exigidos pelo esquema de doze classes de Wright»¹¹. Estanque e Mendes, em contrapartida, optaram pela grelha de Olin Wright¹². Não sendo os nossos trabalhos inteiramente comparáveis, os

⁸ Id., *ibid*, p. 77.

⁹ G. Marshall, H. Newby *et al.*, *Social Class in Modern Britain*, 1998, *cits. in* Breen e Rottman, *loc. cit.*

¹⁰ Id., *ibid*, p. 77.

¹¹ Id., *ibid*, p. 73.

¹² Estanque e Mendes, *op. cit.*, fizeram efectivamente uma opção inversa à minha, estando o seu trabalho integrado num projecto comparativo dirigido por Olin Wright, o que constitui aliás uma «mais-valia» apreciável do trabalho. Contra a opção em favor deste autor milita, todavia, o facto surpreendente mas significativo de ele omitir no seu livro de 1985, contra todas as normas do trabalho científico, qualquer referência ao esquema de Goldthorpe testado desde finais da década anterior; em contrapartida, Erikson e Goldthorpe dedicam várias páginas do seu livro de 1993 a discutir a proposta de Olin Wright (*op. cit.*, pp. 2 n., 11-12, 46 n., 49 n., 226 e 234).

Esquema de classes de J. Goldthorpe

Versão completa	Versões agregadas		
	Sete classes	Cinco classes	Três classes
I Administradores, funcionários e profissionais de categoria superior; gestores de grandes empresas industriais; grandes proprietários.	I + II <i>Service class</i> .	I + III «Colarinhos-brancos».	Trabalhadores não manuais.
II Administradores, funcionários e profissionais de categoria média; técnicos superiores; gestores de pequenas empresas industriais; supervisores de trabalhadores não manuais.			
IIIa Empregados em rotinas não manuais de categoria superior (administração e comércio).	III Trabalhadores em rotinas não manuais: administração e comércio; vendedores e outros assalariados dos serviços.	IVa + IVb Pequena burguesia.	Trabalhadores não manuais.
IIIb Empregados em rotinas não manuais de categoria inferior (vendas e serviços).			
IVa Pequenos proprietários, artesãos, etc., com empregados.	IVa + IVb Pequena burguesia.	IVa + IVb Pequena burguesia.	Trabalhadores não manuais.
IVb Pequenos proprietários, artesãos, etc., sem empregados.			
IVc Agricultores e camponeses; outros trabalhadores independentes do sector primário.	IVc Agricultores e camponeses; outros trabalhadores independentes do sector primário.	IVc + VIIb Trabalhadores agrícolas.	Trabalhadores agrícolas.
V Técnicos de categoria inferior, supervisores de trabalhadores manuais.	V + VI Técnicos de categoria inferior, supervisores de trabalhadores manuais; trabalhadores manuais qualificados.	V + VI Trabalhadores qualificados.	Trabalhadores manuais.
VI Trabalhadores manuais qualificados.			
VIIa Trabalhadores manuais semiqualificados (fora da agricultura, etc.).	VIIa Trabalhadores manuais semi e não qualificados (fora da agricultura, etc.).	VIIa Trabalhadores não qualificados.	Trabalhadores manuais.
VIIb Trabalhadores assalariados na agricultura e actividades primárias.	VIIb Operários agrícolas; trabalhadores agrícolas e outras actividades primárias.		

leitores poderão no entanto verificar que muitas das diferenças encontradas ao nível das «práticas e representações de classe» não são de molde a infirmar a validade operacional de qualquer das opções.

Não é possível dirimir agora todas as outras questões envolvidas nesta controvérsia. Direi apenas que, sem ignorar a insistência teórica de Olin Wright e do marxismo em geral no papel da *exploração* nas relações de classe, é suficiente, para o meu propósito, que as classes sociais sejam conceptualizadas, como sucede com Goldthorpe e os seus colaboradores, como «base da distribuição do poder social», em suma, como «sistema de afectação de recursos e do exercício de preferências». Por outro lado, também não é ilícito pensar que, do ponto de vista empírico, os conflitos sociais tendem a apresentar-se — em todo o caso, nas sociedades onde coexistem a economia de mercado e a democracia representativa — como «conflitos acerca de questões distributivas e de políticas públicas»¹³.

Seja como for, não estou longe de pensar que a vivência empírica da noção marxiana de exploração nas sociedades contemporâneas, se não mesmo nas sociedades do tempo de Marx, pode muito bem corresponder àquilo que, noutra códiço semântico, tem sido teorizado sob a aporia da igualdade-desigualdade, em especial numa teoria da justiça social como a de John Rawls¹⁴. Pela minha parte, tenho tentado formalizar esta última forma de abordar as atitudes perante a justiça distributiva através da construção de um índice destinado a avaliar as percepções sociais relativas à equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas¹⁵.

Quer parecer-me que estas últimas opções serão tanto mais realistas, do ponto de vista epistemológico, quanto o próprio Rawls exclui explicitamente a mobilidade social dos seus princípios de justiça, já que ela em nada altera o primado atribuído na sua teoria à situação estrutural das pessoas que se encontram, em qualquer momento dado do processo social, na posição menos vantajosa do sistema de distribuição dos bens sociais primários de natureza material e simbólica.

LIMITES DOS RESULTADOS E CONSTITUIÇÃO DO ESQUEMA DE CLASSES

Posto isto, resta lembrar os consideráveis problemas de ordem tecno-metodológica envolvidos, independentemente da teoria perfilhada e do «esquema de classes» adoptado, na atribuição empírica dos estatutos de classe

¹³ H. Newby *et al.* (1985), cit. por Breen e Rottman, *op. cit.*, p. 76.

¹⁴ J. Rawls, *A Theory of Justice*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

¹⁵ M. V. Cabral, *op. cit.*, pp. 114-117 e 121.

e na quantificação da mobilidade de classe daí decorrente. Não é necessário tomar tempo demasiado para enumerar essas dificuldades, bem conhecidas de todos aqueles que já se dedicaram a tais exercícios. Elas começam na qualidade da informação que é possível obter e terminam na interpretação dos resultados a que esta permita chegar.

Perante os critérios tecno-metodológicos seguidos por Goldthorpe e os seus colaboradores para o estudo da mobilidade social, a nossa amostra inicial — 2500 inquiridos representativos da população portuguesa adulta, sobretudo depois de reduzida aos indivíduos do sexo masculino com 30 anos ou mais, com os quais eles habitualmente trabalham — revela-se demasiado escassa, assim como se revela insuficiente a qualidade da informação relativa às ocupações dos inquiridos, em especial as dos seus pais. Mesmo assim, persisti na apresentação dos resultados obtidos, não só pelo interesse sociológico que eles contêm, como, sobretudo, por constituírem um ponto de partida para uma futura pesquisa que reúna melhores condições técnicas.

Do ponto de vista da tradição dos estudos de mobilidade social, os resultados que a seguir se apresentam são, portanto, limitados e convencionais. Nomeadamente, não foi possível dar continuidade às indicações mais inovadoras do último trabalho comparativo da equipa de Goldthorpe. A saber, o esforço feito por ela, no seguimento de uma discussão cerrada das teorias disponíveis sobre a mobilidade social, para isolar da mobilidade social absoluta aquilo que designam por *mobilidade relativa*¹⁶. O objectivo deste exercício é fazer uma distinção analítica de importância crucial entre, por um lado, a *abertura efectiva da estrutura social* em contraste com a *social closure* identificada por Parkin¹⁷ e, por outro, o *fluxo constante* de pessoas — a citação é de Marx¹⁸ — que circulam em permanência entre os «lugares de classe» definidos pelas mudanças da estrutura ocupacional associadas ao crescimento económico e ao desenvolvimento tecnológico.

É evidente que esta distinção sociológica entre mobilidade relativa e mobilidade absoluta, tal como a distinção ética que Rawls faz entre a simples mobilidade entre grupos sociais estruturais e a efectiva igualdade de oportunidades que deve caracterizar, segundo ele, a equidade social, tais distinções, dizíamos, não suprimem os efeitos reais da mobilidade social sobre a formação das classes e a sua «consciência», bem como sobre a legitimação dos sistemas políticos e económicos.

¹⁶ R. Erikson e J. Goldthorpe, *The Constant Flux...*, cit., pp. 1-27.

¹⁷ F. Parkin, «Strategies of social closure in class formation», in Parkin (ed.), *The Social Analysis of Class Structure*, Londres, Tavistock, 1974, pp. 1-18.

¹⁸ K. Marx (1852): «As classes na sociedade americana ainda não se fixaram, trocando e intercambiando os seus elementos num *fluxo constante*», cit. por Erikson e Goldthorpe, *op. cit.*, p. 29.

É necessário ter em mente essas distinções a fim de medir com rigor o grau de *social closure* de cada sociedade, como fazem tanto Erikson e Goldthorpe como Olin Wright (e Estanque e Mendes), mas elas não devem servir para minimizar, em nome da pureza teórica, os inegáveis efeitos empíricos da mobilidade absoluta sobre as atitudes e comportamentos de classe, bem como as transformações da estrutura social associadas à mobilidade social.

Antes de iniciar a apresentação dos principais resultados relativos à mobilidade social em Portugal, convém finalmente apresentar o *esquema de seis classes* a que cheguei, adaptando o esquema de Goldthorpe aos condicionalismos da base de dados disponível, nomeadamente a impossibilidade de desagregar as ocupações agrícolas dos outros sectores económicos por falta de informação adequada. Estou em crer que este inconveniente é menos grave para a determinação dos lugares de classe dos inquiridos do que para a dos seus pais, devido à drástica diminuição da população agrícola masculina a tempo completo nas duas últimas décadas¹⁹.

Da proposta de Goldthorpe retivemos, pois, o princípio básico da constituição dos lugares de classe segundo os dois grandes eixos que opõem, por um lado, os trabalhadores assalariados às ocupações não assalariadas (parece-me, por exemplo, completamente ultrapassada a ideia de Olin Wright, retomada por Estanque e Mendes, a respeito de uma burguesia constituída por «não-trabalhadores») e, por outro lado, a oposição clássica mas fundamental entre trabalhadores manuais e não manuais.

A propriedade, ou melhor, o facto de os titulares de ocupações não assalariadas empregarem muitos assalariados, poucos ou nenhuns, servirá, por seu turno, para diferenciar entre, respectivamente, a burguesia (à qual associámos as profissões liberais, devido aos elevados capitais escolares e sociais que possuem, independentemente do número de assalariados que empreguem), a pequena burguesia (entendida, portanto, como pequeno patronato) e os independentes (entendidos como trabalhadores por conta própria sem assalariados).

Relativamente ao esquema inicial de onze classes de Goldthorpe (v. acima, p. 5), as nossas classes I e II correspondem às mesmas do esquema; a nossa classe III corresponde, basicamente, à classe IVa de Goldthorpe, com pequenas diferenças relativas ao sector agrícola, que não foi possível distinguir dos outros, e ao facto de, no esquema dele, não ser feita distinção entre os «pequenos proprietários» que empregam ou não assalariados; a nossa classe IV

¹⁹ E é esta última que importa, sobretudo, para a caracterização da estrutura sócio-económica, como demonstrou S. Kuznets, *Economic Development, the Family and Income Distribution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

corresponde às classes IIIa + IIIb do esquema; a nossa classe V corresponde às classes IVb + IVc, com a diferença residual de alguns «pequenos proprietários» integrados nestas duas categorias poderem não ser trabalhadores manuais; finalmente, a nossa classe VI agrupa as classes V + VI + VIIa + VIIb do esquema de Goldthorpe, isto é, todos os trabalhadores manuais assalariados independentemente das suas qualificações profissionais.

A terminologia que utilizámos para designar as seis posições retidas é da minha responsabilidade e pretende atribuir-lhes um conteúdo *realista*, isto é, conforme às diferentes teorias sociológicas e ao uso corrente que lhes tem sido conferido pela tradição historiográfica do estudo das classes sociais.

Assim, o esquema adoptado é o seguinte:

Classes	Categorias sócio-profissionais
I- Burguesia	Grande patronato; gestores de grandes empresas e profissões liberais.
II- Nova burguesia assalariada	Profissões técnico-científicas; quadros de pequenas e médias empresas.
III- Pequena burguesia tradicional	Pequeno patronato do comércio, indústria e agricultura.
IV- Salariado não manual	Empregados dos serviços e comércio; outros assalariados não manuais.
V- Trabalhadores independentes	Trabalhadores manuais por conta própria, <i>maxime</i> camponeses.
VI- Salariado manual	Operariado fabril, dos transportes, construção civil e comunicações; proletariado rural.

A concluir este ponto da exposição, convém ainda acrescentar que a afectação dos grupos ocupacionais pelas posições de classe, sempre que suscitava maiores dúvidas, foi controlada através do lugar ocupado pelos indivíduos em causa no índice de estatuto social e de estatuto económico, com os quais a classe dos inquiridos revelou ter fortes correlações, respectivamente $r = .78$ e $r = .52$, bem como através da posição de classe que eles atribuem subjectivamente a si próprios, segundo os dados do mesmo inquérito.

MOBILIDADE INTERGERACIONAL ABSOLUTA DOS PORTUGUESES

Como se pode observar, de acordo com os 1319 casos (homens e mulheres com 30 anos ou mais) para os quais foi possível obter a informação

indispensável, os resultados apontam para uma *mobilidade intergeracional absoluta* da população portuguesa na ordem dos 60%. Ou seja, 788 indivíduos mudaram de posição social relativamente à «classe do pai». Com efeito, não pude entrar em conta com a «classe da mãe» (nem dos cônjuges dos inquiridos) e renunciei, portanto, a reconstituir as «famílias de classe» dos indivíduos no sentido que Bertaux dava à expressão²⁰. Entretanto, 40% do universo permaneceu na sua «classe de origem».

Classe do próprio segundo a classe do pai (idade > 30/M + H)
(em percentagem)

[QUADRO I]

Próprio		Pai						Total
		Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Classe VI	
Classe I	Origem . .	8,9	13,3	24,4	17,8	6,7	28,9	3,4
	Destino . .	11,4	10,7	6,7	7,0	1,5	1,7	
Classe II	Origem . .	10,4	17,6	18,4	14,4	12,8	26,4	9,5
	Destino . .	37,1	39,3	14,1	15,8	8,2	4,4	
Classe III	Origem . .	1,7	1,7	21,9	11,2	16,3	47,2	13,5
	Destino . .	8,6	5,4	23,9	17,5	14,9	11,1	
Classe IV	Origem . .	3,7	4,9	11,5	11,5	14,4	53,9	18,4
	Destino . .	25,7	21,4	17,2	24,6	18	17,3	
Classe V	Origem . .	1,9	3,7	13	4,3	21,7	55,3	12,2
	Destino . .	8,6	10,7	12,9	6,1	18	11,8	
Classe VI	Origem . .	0,5	1,2	7,2	5,8	13,4	71,8	43,0
	Destino . .	8,6	12,5	25,2	28,9	39,2	53,8	
Total		2,7	4,2	1,4	8,6	14,7	57,4	100,0

Em termos internacionais, o valor encontrado para a mobilidade absoluta da população é elevado, mas pode considerar-se normal para uma sociedade que atravessou as sucessivas fases de desenvolvimento que a formação social portuguesa conheceu ao longo do período coberto pelo estudo²¹. Tendo em conta que a grande maioria dos inquiridos nasceu depois de 1930 e que os pais deles terão visto a sua «posição de classe» estabilizada quando os inquiridos mais velhos entravam na vida activa, ou seja, por volta de 1950, estamos a falar do período histórico correspondente às cinco últimas décadas.

Contudo, a curva da mobilidade intergeracional (v. página seguinte), segundo o ano de nascimento dos inquiridos e distinguindo agora entre homens

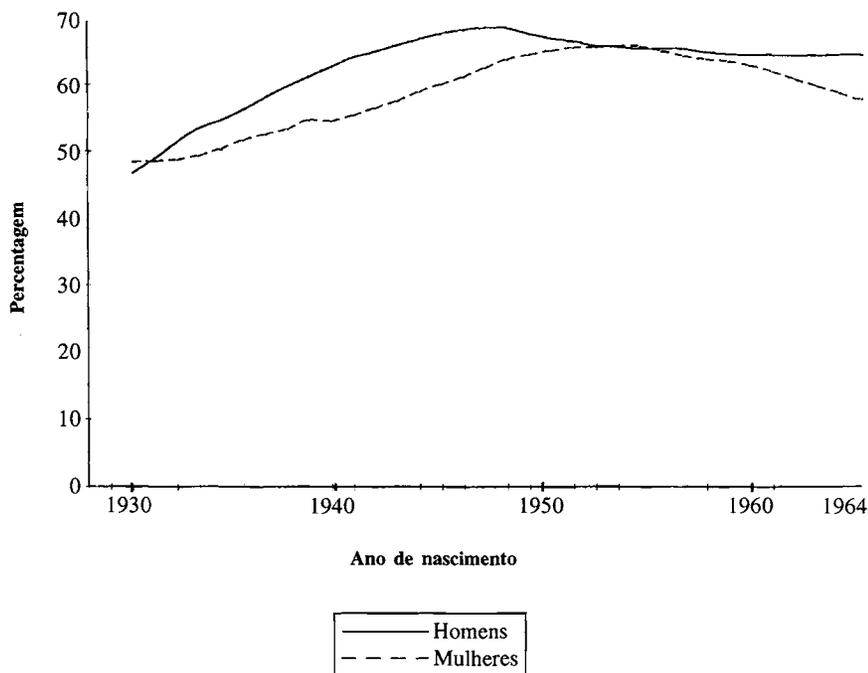
²⁰ D. Bertaux (1977), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, trad. port., Lisboa, Moraes, 1978.

²¹ Cf. elementos sobre outros países em A. Heath, *Social Mobility*, Fontana Paperbacks, 1981, pp. 193-223, *maxime* p. 203.

e mulheres, mostra que a média quinquenal das percentagens de indivíduos móveis não é sempre a mesma ao longo do período. Por outras palavras, a mobilidade social não foi idêntica ao longo das referidas cinco décadas.

Mobilidade absoluta

[GRÁFICO N.º 1]



Com efeito, a mobilidade aumenta de forma regular e acentuada para os homens nascidos até 1946-1947, que já terão hoje atingido o pico das suas trajectórias sócio-profissionais, passando de menos de 50% para perto de 70%, e começa a baixar para os indivíduos que entraram na vida activa a partir de finais da década de 60. Para as mulheres, cuja curva tem um perfil semelhante, o aumento da mobilidade é no entanto mais lento, só atingindo o máximo para a geração nascida em 1950 e descendo depois mais acentuadamente do que a curva dos homens.

De acordo com a evolução de ambas as curvas, cujos valores, após os respectivos picos, nunca mais voltam a descer abaixo dos 55-60%, é notório que os homens nascidos antes de 1945 e as mulheres nascidas antes de 1950 conheceram uma mobilidade muito menor do que as gerações seguintes.

Segundo toda a probabilidade, isto está associado ao crescimento da economia do país, cuja aceleração só se verificou, como é sabido, a partir dos anos 60, com a correspondente modernização tecno-profissional, nomeadamente o declínio da população agrícola e o aumento das ocupações terciárias, o que ofereceu às novas gerações oportunidades de mobilidade até então desconhecidas.

MOBILIDADE ASCENDENTE E DESCENDENTE

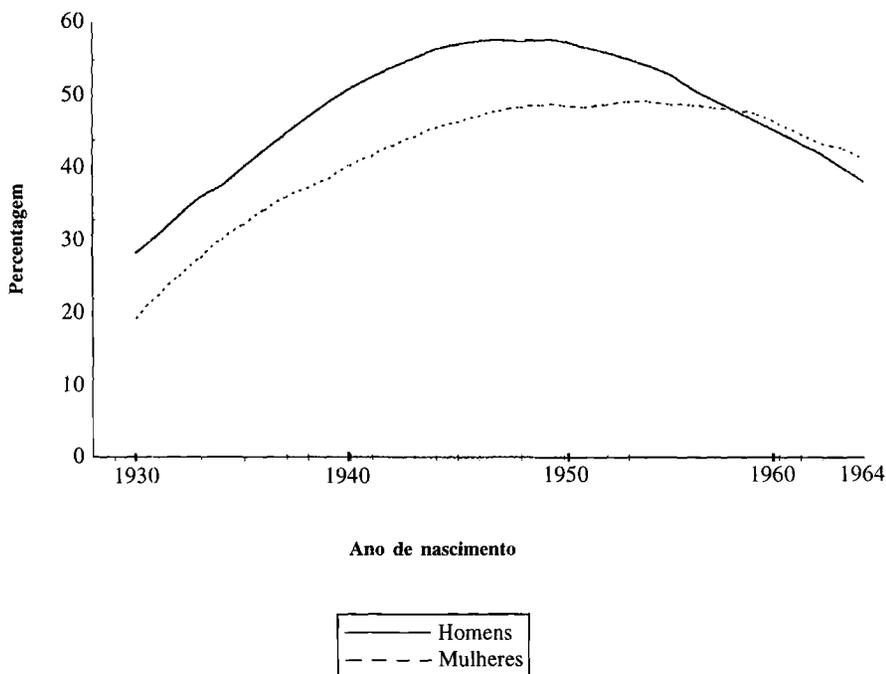
Interessa ver agora de que tipo de mobilidade se trata. Contra Olin Wright (e Estanque e Mendes) mas também contra a posição adoptada por Erikson e Goldthorpe em *The Constant Flux...*, não nos parece convincente a decisão de deixarem de distinguir entre mobilidade ascendente e descendente. Sendo certo que as posições relativas entre certas ocupações intermédias podem sofrer alterações, em virtude não só das transformações tecno-profissionais como também da evolução dos rendimentos, nem por isso deixam de ser extremamente relevantes, sob todos os pontos de vista, as percepções que os indivíduos e grupos sociais têm de «subir» ou «descer» na vida. Entendemos, assim, dar continuidade ao interesse da sociologia clássica pela distinção, mesmo quando puramente subjectiva, entre mobilidade ascendente e descendente.

Ora bem, se sobrepuséssemos as curvas da mobilidade ascendente às curvas da mobilidade absoluta, verificaríamos que, com variações apreciáveis ao longo do tempo, a mobilidade ascendente é, sistematicamente, superior à descendente numa proporção média de dois para um. O relativo paralelismo das curvas não esconde, porém, algumas observações importantes. Em primeiro lugar, a mobilidade ascendente apresenta uma curvatura mais acentuada do que a da mobilidade absoluta, mostrando portanto que, antes e sobretudo depois do máximo de mobilidade ascendente atingido pelos homens nascidos na segunda metade dos anos 40, a mobilidade descendente não é despcienda.

Para as mulheres, o perfil é diverso: de início, a mobilidade descendente é quase tão importante como a ascendente, a qual é sempre muito inferior à dos homens até à geração das mulheres nascidas em finais da década de 50. A partir daqui, a evolução inverte-se e a mobilidade ascendente das mulheres ultrapassa a dos homens, fenómeno que também não é surpreendente à escala internacional²² e que confirma as indicações conhecidas acerca do acesso crescente das mulheres ao mercado do trabalho e ao sistema de ensino, nomeadamente o ensino superior.

Mobilidade ascendente

[GRÁFICO N.º 2]



Considerando que as gerações referidas terão ingressado na vida activa por altura do 25 de Abril, não é impossível que estas significativas alterações nos perfis da mobilidade masculina e feminina fiquem a dever-se não só à evolução das estruturas económicas do país, mas também às mudanças culturais que a sociedade portuguesa conheceu então. Seja como for, a ultrapassagem da mobilidade ascendente masculina pela das mulheres exclui a explicação tradicional pela via do casamento.

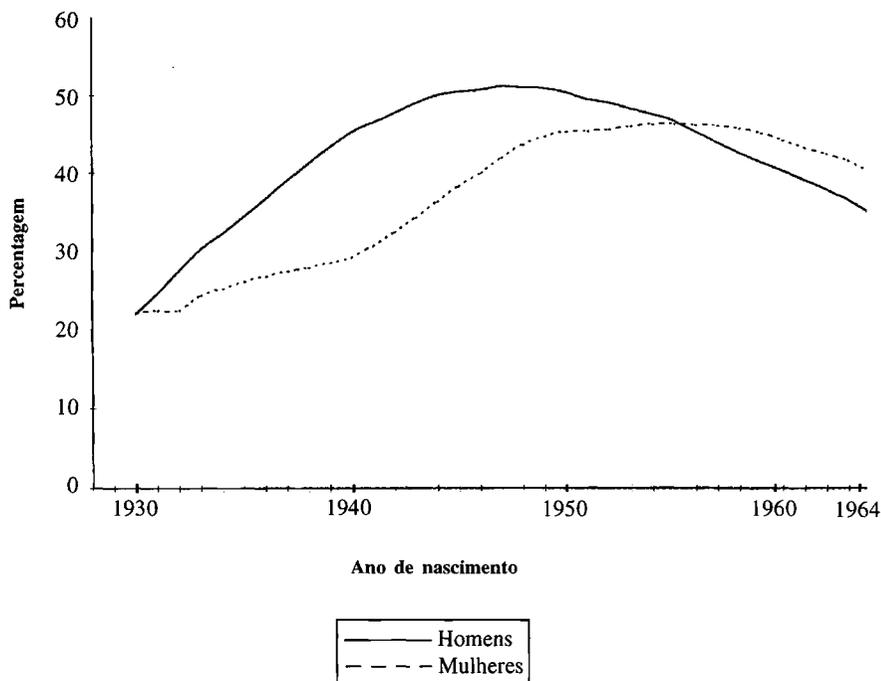
Nem por isso deixa de ser evidente o peso, nomeadamente na mobilidade feminina, da mobilidade estrutural associada à simples transferência de pessoas dos sectores de actividade manual para os sectores não manuais, sendo as mulheres, a partir das gerações nascidas na segunda metade dos anos 50, quem mais terá beneficiado com a abertura destas novas posições ocupacionais e dos correspondentes lugares de classe.

Com efeito, a simples mobilidade das ocupações manuais (*maxime* a agricultura) para as ocupações não manuais explica por si só, sobretudo para as gerações nascidas até à segunda metade da década de 40, a parte mais

substancial da mobilidade social verificada no país. Tudo leva a crer, portanto, que esta última corresponde a um efeito — por assim dizer, mecânico — da evolução económica do país e, em particular, do êxodo agrícola maciço ocorrido desde o início da década de 60 até ao 25 de Abril.

Mobilidade absoluta de ocupações manuais para ocupações não manuais

[GRÁFICO N.º 3]



Esta observação não representa, da nossa parte, qualquer concessão ao determinismo tecno-económico, já que o êxodo agrícola é manifestamente um «movimento social» de rejeição das condições sociais prevaletentes no mundo rural e que o próprio desenvolvimento económico, nomeadamente na sua dimensão de modernização tecnológica, responde também a pressões sociais inéditas na sociedade portuguesa a partir de finais da década de 50-princípios da década de 60²³.

394 ²³ Cf., por todos, Fernando Rosas (org.), *O Estado Novo*, vol. VII da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, pp. 523-543.

MOBILIDADE INTERGERACIONAL ENTRE CLASSES SOCIAIS

Brevemente descritas as tendências quantitativas da mobilidade em Portugal, bem como o seu contexto social, económico e tecno-profissional, convém que nos detenhamos agora nos movimentos ocorridos entre as seis classes retidas para efeitos deste estudo, concentrando-nos exclusivamente nos indivíduos do sexo masculino.

Classe do próprio segundo a classe do pai
(em percentagem)

[QUADRO III]

Próprio		Pai						Total
		Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Classe VI	
Classe I	Origem . .	9,1	12,1	21,2	21,2	9,1	27,3	4,4
	Destino . .	16,7	11,4	7,5	10,0	2,5	2,2	
Classe II	Origem . .	11,1	20,8	15,3	18,1	9,7	25,0	9,7
	Destino . .	44,4	42,9	11,8	18,6	5,7	4,4	
Classe III	Origem . .	1,0	1,9	21,0	12,4	21,9	41,9	14,1
	Destino . .	5,6	5,7	23,7	18,6	18,9	10,8	
Classe IV	Origem . .	2,7	4,1	11,0	11,0	15,8	55,5	19,6
	Destino . .	22,2	17,1	17,2	22,9	18,9	20,0	
Classe V	Origem . .	2,2	4,4	14,4	2,2	21,1	55,6	12,1
	Destino . .	11,1	11,4	14,0	2,9	15,6	12,3	
Classe VI	Origem . .		1,3	8,1	6,4	15,8	68,5	40,1
	Destino . .		11,4	25,8	27,1	38,5	50,2	
Total		2,4	4,7	12,5	9,4	16,4	54,6	100,0

Passamos, assim, a dar conta das alterações observadas durante o lapso de tempo coberto pelo inquérito. Os lugares de topo (classe I, que designámos por *burguesia*) aumentaram, embora seja de admitir que a exiguidade dos seus números, associada à dificuldade em classificar os ocupantes destes lugares, sobretudo na geração dos pais, torne quaisquer conclusões problemáticas.

Seja como for, verifica-se que, como consta da literatura, a abertura de lugares no topo permitiu um assinalável acesso de indivíduos oriundos das classes abaixo e muito abaixo dela. Com efeito, mais de 90% dos actuais ocupantes destes lugares de topo são, segundo os nossos dados, oriundos das outras classes sociais e 27% deles são filhos de trabalhadores manuais por conta de outrem (classe VI).

Em contrapartida, e também de acordo com o que diz a literatura, em particular para sociedades bastante «hierarquizadas» como a nossa, é mitiga-

da a mobilidade descendente dos filhos dos anteriores ocupantes dos lugares de topo: 17% ficaram dentro da classe I e 44% deslocaram-se para a classe II, ou seja, mais de 60% permaneceram nas duas posições de topo enquanto ninguém descia abaixo da classe V. Este intercâmbio assíduo que se verifica entre as classes I e II, bem como a relativa exiguidade dos seus efectivos, são aliás de molde a esbater as diferenças entre elas, como de resto Goldthorpe sugere quando as agrupa logo no seu esquema de cinco posições de classe.

Na segunda categoria, que designei por *nova burguesia assalariada*, os lugares aumentaram para mais do dobro, agrupando já perto de 10% da amostra, quando na geração dos pais correspondiam a menos de 5%. Adicionando as classes I e II, como sugerido há instantes, as duas posições de topo na estratificação social portuguesa teriam passado, numa geração, de 7% para 14% da população.

Em termos de movimentos de entradas e saídas, a classe II revela-se mais fechada do que a burguesia proprietária e dirigente, já que um terço dos seus membros vem da classe acima (11%) ou é oriundo dela própria (21%), já que o seu principal «capital» continua a ser esse bem escasso entre todos, durante a maior parte da época coberta pelo estudo, que é o «capital escolar». Com efeito, para o conjunto dos inquiridos, a correlação entre o estatuto de classe e o nível de instrução, bem como a correlação com o seu *background escolar*, isto é, a escolaridade combinada do pai e da mãe, registam valores superiores àquele que encontramos para a origem de classe, respectivamente $r = .51$, $r = .37$ e $r = .33$.

Dito isto, um quarto dos efectivos da nova burguesia assalariada é, mesmo assim, oriundo da classe VI. Em compensação, os «novos burgueses assalariados» sabem também como evitar os riscos da mobilidade descendente. Com efeito, 11% dos filhos dos anteriores ocupantes ascenderam à burguesia e 43% ficaram na mesma posição; mesmo assim, 46% «desceram» de classe.

A classe III, que corresponde à *pequena burguesia tradicional* ou *pequeno patronato*, tem também uma significativa componente de auto-reprodução por via do «capital económico» (24%), mas distingue-se da burguesia assalariada por não receber ninguém, virtualmente, das camadas superiores. Mais de 75% dos seus actuais efectivos, na ordem dos 10% do conjunto da amostra em análise, vêm das camadas sociais inferiores e, em larga medida (42%), da classe mais baixa do esquema, sendo possivelmente oriundos do semi-proletariado rural²⁴.

24 Cf. M. V. Cabral, «Classes sociais (Portugal, 1930-1970)», in A. Barreto e M. Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal* (actualização a publicar brevemente).

Do mesmo modo que poucos efectivos recebe de cima, a pequena burguesia também poucos filhos envia para as camadas de topo (19% ao todo) e apenas retém, como vimos acima, um quarto dos seus filhos, revelando-se portanto um lugar de classe instável e com significativa propensão para a mobilidade descendente, isto apesar de ter ganho alguns efectivos ao longo do período, passando de 12,5% para 14% do conjunto da estrutura de classes.

Quanto à classe IV, optei por designá-la, de forma tão neutra quanto possível, por *salariato não manual*, a fim de evitar as dificuldades habituais da semântica da teoria das classes. Com efeito, não faz muito sentido, em meu entender, designar por «pequena burguesia» — ainda que com qualificativos tão díspares como «técnica e de enquadramento», «de execução» ou «assalariada e proprietária» — uma vasta classe social em cujas «fracções» se misturariam pessoas como os professores universitários, os empregados bancários, as «caixas de supermercados» e os camponeses...²⁵.

Na realidade, a insistência de muitos autores, desde o tempo de Nicos Poulantzas²⁶, em classificar as novas massas de assalariados do sector terciário como «pequenas burguesias» é não só irrealista como tende a esconder, sob a referência a um passado em que a pequena burguesia tradicional era concebida como uma classe-tampão entre a burguesia e o proletariado, os atributos efectivamente novos do *salariato não manual* enquanto classe social.

Convém recordar que essa concepção da «pequena burguesia» como classe politicamente hesitante entre o capital e o trabalho não passa de uma reminiscência da ideologia frentista adoptada pela Terceira Internacional a partir de meados dos anos 30, de que as teses de Poulantzas eram um eco tardio mas evidente. Ora, a verdade é que essa concepção se revelou equivocada e que a pequena burguesia, entendida objectivamente como pequeno patronato, está longe de ser equidistante, do ponto de vista político, entre o capital e o trabalho, conforme adiante se poderá verificar.

Seja como for, foi esta classe dos assalariados não manuais aquela que conheceu um maior aumento absoluto durante o período, passando de 10%

²⁵ Como fazem, entre outros, J. Ferreira de Almeida *et al.*, art. cit., pp. 132-133. O mesmo se diga da grelha de Olin Wright adoptada por Estanque e Mendes, que não só oblitera a distinção crucial entre trabalhadores manuais e não manuais como mistura «professores do ensino secundário com artesãos» (pp. 65-66) para depois reagrupar inúmeras das categorias laboriosamente produzidas numa vasta «classe média» de claro recorte ideológico anglo-saxónico (p. 93).

²⁶ N. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*, Paris, Éditions du Seuil, 1974. Contra, cf. M. V. Cabral, *Proletariado — o Nome e a Coisa*, Lisboa, Regra do Jogo, 1983, *maxime* p. 88: «É com dificuldade que se aceita que o autor [Poulantzas] coloque, por exemplo, a 'ajudante de enfermagem' de um grande hospital na *nova pequena burguesia*».

para 20% da população e tornando-se, assim, o segundo maior lugar de classe na nossa sociedade, como seria aliás de esperar das mudanças assinaladas atrás. Trata-se, em suma, de um efeito mecânico da chamada terciarização. Com excepção das burguesias, foi este o estrato que recebeu mais efectivos do exterior, na sua grande maioria oriundos das classes abaixo dela (73%), o que certamente ajudará a explicar algumas das atitudes e comportamentos por ela manifestados neste inquérito.

Do lado das saídas, em compensação, só 30% se terão feito para baixo, revelando os anteriores ocupantes deste lugar de classe uma significativa propensão para a mobilidade ascendente (47%), graças à posse de algum «capital escolar», que volta a surgir como uma das variáveis mais explicativas da mobilidade social em Portugal.

A classe V, onde se agrupam os *trabalhadores manuais independentes*, incluindo o *campesinato* (correspondente *grosso modo* à categoria estatística dos «isolados agrícolas»), conheceu um declínio previsível mas lento, tendo diminuído de 16% para 12%. Para além de uma taxa de auto-reprodução da ordem dos 21%, recebe a grande maioria dos seus efectivos actuais do salaríato manual (56%), muitos destes oriundos do sector agrícola, embora não nos seja possível quantificá-los. Trata-se, manifestamente, do lugar mais instável desta estratificação, já que só 16% dos filhos dos anteriores ocupantes nele se mantiveram, enquanto os outros revelam tendências relativamente equilibradas para subir (45%) e para descer (39%).

Aliás, ao nível destas camadas inferiores do sistema de estratificação, não é certo que a percepção dos indivíduos e grupos corresponda à noção transmitida pela terminologia que acabo de utilizar. Com efeito, não é certo que o filho de um camponês pobre que foi trabalhar na indústria — com emprego certo, remuneração regular, férias pagas e reforma assegurada — tenha a percepção de ter «descido» de classe. Esta é, de resto, uma das dificuldades clássicas das teorias marxianas das classes para dar conta, de forma realista, dos processos de recomposição social induzidos pelo desenvolvimento económico e tecnológico.

Finalmente, a classe VI — à qual optei por dar o nome de *salaríato manual* — é, pelo contrário, a mais estável da actual estrutura de classes em Portugal. É certo que perdeu bastante importância relativa, tendo passado de 55% para 43% da dita estrutura, mas é, de longe, o lugar de classe com mais elevada taxa de auto-reprodução. Com efeito, perto de 70% dos seus actuais efectivos provêm da própria classe, se abstrairmos das diferenças (certamente relevantes para a actual composição sócio-cultural do grupo) entre o operariado fabril, os trabalhadores da construção civil e dos transportes e os diferentes tipos de proletariado rural.

Na realidade, a «célula da matriz» onde figuram os assalariados manuais filhos de trabalhadores manuais por conta de outrem representa mais de 27%

dos indivíduos do sexo masculino que constituem a nossa amostra; a segunda maior «célula» é, aliás, a dos assalariados não manuais filhos de assalariados manuais (11%). Quanto às demais origens de classe dos actuais efectivos do salariedade manual, o único grupo de peso é o dos filhos de trabalhadores manuais independentes (16%), camponeses em maioria.

Em contrapartida, os filhos dos anteriores ocupantes deste vasto lugar de classe não deixaram de conhecer uma significativa mobilidade ascendente, pois só metade deles se manteve no lugar de origem: perto de 7% terão chegado às duas categorias de topo, 11% terão chegado à pequena burguesia, 20% ao salariedade não manual e 12% ter-se-ão tornado trabalhadores independentes, o que, a acreditar noutros indicadores, não é certo que constitua uma efectiva ascensão social, embora seja esta a percepção que os indivíduos localizados na classe V têm, globalmente, em relação aos da classe VI.

Em suma, entre a estrutura dos lugares de classe actualmente ocupados pela população masculina com 30 anos ou mais e os lugares ocupados pelos seus pais há não só diferenças de natureza tecno-económica consideráveis como também uma apreciável mobilidade ascendente e descendente, ainda que predominem as mobilidades de curto alcance. Convencionámos designar por mobilidade ascendente ou descendente de curto, médio e longo alcance as deslocações correspondentes, respectivamente, a uma, duas ou mais de duas posições no esquema.

Mobilidade ascendente e descendente

[QUADRO III]

	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente
Mobilidade total	38,3	18,6
Curto alcance	32,3	49,3
Médio alcance	39,6	25,7
Longo alcance	28,1	25,0

Embora de ordem eminentemente estrutural, isto é, mais dependente do *fluxo constante* de pessoas das ocupações manuais para as não manuais do que de profundas alterações na hierarquia e nos atributos da estrutura de classes, esta acentuada mobilidade social terá tornado a composição dos actuais lugares de classe na sociedade portuguesa bastante instável. Daqui as correlações frequentemente pouco significativas e até as inconsistências entre o lugar ocupado pelos indivíduos na estrutura de classes e as suas atitudes e comportamentos.

Com duas *nuanças* importantes. Junto ao topo do esquema de estratificação figura uma burguesia assalariada que, embora «nova» no sentido da

teoria marxista tradicional, apresenta entre nós os traços de uma «casta de brâmanes»: forte auto-reprodução; estreita associação com a burguesia proprietária e dirigente; monopólio virtual sobre o escasso «capital escolar» disponível na sociedade portuguesa. Na base do esquema figura, por sua vez, uma fracção ampla e consolidada de *proletários de origem proletária*, cujas origens relativamente homogêneas contrastam com a composição predominantemente heterogênea das outras classes subordinadas da sociedade portuguesa. Apesar disso, como veremos adiante, ambas as categorias manifestam clara dispersão atitudinal, o que demonstra a limitada capacidade explicativa das posições de classe relativamente a muitas dimensões sociais.

MOBILIDADE INTRAGERACIONAL

No que diz respeito à mobilidade intrageracional, verifica-se que ela é elevada, sobretudo entre os homens (50%), embora previsivelmente inferior à mobilidade intergeracional e apresentando os movimentos entre os diferentes agrupamentos de classe um padrão semelhante a esta última.

Mobilidade intrageracional (em percentagem)

[QUADRO IV]

Próprio	Pai							
	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Classe VI	Total	
Classe I . .	Origem . .	13,3	22,2	11,1	28,9	6,7	17,8	3,4
	Destino . .	33,3	10,3	6,8	5,3	2,0	1,1	
Classe II . .	Origem . .	2,4	54,3	2,4	26,8	2,4	11,8	9,5
	Destino . .	11,1	67,7	2,0	14,1	0,8	2,5	
Classe III . .	Origem . .	1,1	1,1	28,4	17,5	10,4	41,56	13,7
	Destino . .	11,1	2,1	71,2	13,0	12,8	10,1	
Classe IV . .	Origem . .	1,2	4,1	1,2	45,7	4,1	43,6	18,2
	Destino . .	16,7	11,3	8,2	42,7	11,9	21,4	
Classe V . .	Origem . .	2,4	1,8	2,4	9,8	36,6	47,0	12,3
	Destino . .	22,2	3,1	5,5	6,5	40,3	10,2	
Classe VI . .	Origem . .	–	0,5	1,0	7,1	9,4	81,9	43,0
	Destino . .	–	3,1	8,2	16,6	36,2	62,5	
Total . . .		1,3	7,3	5,5	18,5	11,1	56,3	100

Em contrapartida, observa-se também que, não deixando de se verificar movimentos de «descida de classe», concentrados sobretudo no período inicial da vida activa dos inquiridos, é notória a predominância da mobilidade

intrageneracional de tipo ascendente. Com efeito, enquanto 57,5% dos inquiridos se mantiveram socialmente estacionários durante a sua vida activa, 31% conheceram trajectórias ascendentes contra apenas 11,5% com trajectórias descendentes.

Observa-se, assim, que uma parte não negligenciável da mobilidade ascendente que encontramos entre a geração actual e a anterior se fica a dever, na realidade, a movimentos de ascensão social ocorridos depois de os inquiridos terem dado entrada na vida activa. Noutros casos, porém, esta mobilidade ascendente intrageneracional corresponde tão-só à reposição do estatuto social temporariamente perdido no momento da entrada dos inquiridos na vida activa.

Com efeito, a percentagem dos inquiridos cuja primeira ocupação constituiu uma «subida» ou uma «descida» de classe em relação aos pais é rigorosamente idêntica (24%). Contudo, daqueles cuja primeira ocupação profissional representava uma «descida de classe», a maior parte já havia recuperado, se não ultrapassado, o estatuto social de origem. Não é de admirar, portanto, que a maioria dos inquiridos tenha revelado, no mesmo inquérito, a percepção subjectiva de que «os seus esforços foram recompensados».

Acresce que a mobilidade intrageneracional descendente observada afecta sobretudo as faixas etárias mais jovens. Por outras palavras, esta mobilidade descendente é frequentemente temporária, constituindo portanto um efeito previsível do ciclo de vida dos inquiridos destinado a ser corrigido em fases posteriores da sua vida activa. Isto ajuda também a explicar o facto de a mobilidade social descendente ter pouco impacto nas atitudes e comportamentos dos inquiridos por ela afectados.

Dito isto, não deixa de ser exacto que a posição ocupada na estrutura de classes no momento da observação depende significativamente do lugar de entrada nessa estrutura ($r = .58$), quando avaliado pelo estatuto de classe correspondente à primeira ocupação profissional. Por seu turno, esta é fortemente afectada — em todas as classes sociais, menos as duas do topo, que assim confirmam a relativa indiferenciação entre elas — pela origem de classe dos inquiridos, bem como pelo «capital escolar» herdado e adquirido.

Por outras palavras, apesar de uma apreciável mobilidade intra-generacional, verifica-se que o destino de classe dos indivíduos fica substancialmente traçado desde a sua entrada na vida activa e que, sobretudo nas classes mais baixas, essa entrada depende, em medida decrescente, do «capital escolar» herdado, da classe social de origem e do «capital escolar» adquirido.

Esta última observação é importante, pois indica que o nível de escolarização adquirido pelos inquiridos é, em contraste com o «capital escolar» herdado dos pais, a variável que menos peso parece ter tido no proces-

so de reprodução social. Dever-se-á isto, muito provavelmente, à progressiva abertura do sistema escolar desde finais da década de 60 e, sobretudo, depois do 25 de Abril. Inversamente, a relativa abertura do sistema escolar, conjugada com a modernização económica e tecnológica, parece ter sido o factor mais importante, estatisticamente em todo o caso, por trás da significativa mobilidade social ascendente que se verificou durante o período sob observação.

PERFIS ATITUDINAIS DAS CLASSES SOCIAIS EM PORTUGAL

A relativa exiguidade da amostra e as dificuldades na identificação das posições dos inquiridos, e em especial dos seus pais, impedem-nos de ir mais longe na análise da mobilidade social. Em contrapartida, temos elementos suficientes para descrever os perfis atitudinais das seis classes consideradas relativamente às dimensões sociais estudadas.

Convém todavia recordar que, segundo os nossos dados, embora a correlação entre a classe social da geração actual e a sua classe de origem seja significativa, os atributos sócio-ocupacionais dos pais só explicam, estatisticamente, um terço do lugar ocupado pelos filhos, valor este que está, aliás, muito perto da visão subjectiva que a actual geração tem das suas origens sociais.

Verifica-se ainda que, segundo as análises de variância, à parte o forte contraste que existe entre os trabalhadores manuais assalariados ou independentes e todas as outras classes quanto à sua origem social, esta última pouco distingue as outras classes entre si, com excepção da clara diferença de origens entre a grande burguesia e todas as outras classes menos a «nova burguesia», o que confirma uma vez mais a porosidade das fronteiras entre ambas.

Em compensação, é muito elevada a correlação ($r=.78$) entre a classe social atribuída aos inquiridos, de acordo com o esquema adaptado de Goldthorpe, e o estatuto social que lhes é conferido, numa escala de cinco posições, pelos métodos convencionais dos estudos de opinião. Explica-se isto pelo peso que a ocupação profissional tem na referida escala. Por sua vez, a diferença fica a dever-se, em parte, às desigualdades dos níveis de instrução e, noutra parte, às desigualdades de rendimentos dentro de cada escalão²⁷.

Por outras palavras, por maior que seja o esforço de conceptualização das posições de classe a atribuir aos indivíduos, o resultado empírico dessa atribuição não se afasta radicalmente dos resultados obtidos através dos meios

convencionais da codificação ocupacional praticada pelos institutos de estatística e até das codificações sócio-económicas feitas pelas empresas de estudos de mercado.

É por essa razão, bem como pela instabilidade e inconsistência das formações de classe retidas, que não se podem esperar, ao contrário do que pretendem as teorias marxistas, diferenças muito profundas entre os seus perfis atitudinais. Muitas das diferenças encontradas ficam certamente a dever-se mais à desigualdade dos «capitais escolares» do que à posição e à origem de classe.

Assim, no que diz respeito às *atitudes perante o trabalho*, que constituíam um segmento importante do inquérito de 1994²⁸, enquanto a satisfação perante a ocupação profissional e a preferência por um emprego com mais tempo livre não são significativamente afectadas pela posição de classe, já o valor atribuído à realização profissional é claramente afectado por ela. Com efeito, só os trabalhadores manuais (classes V + VI) lhe atribuem valor inferior àquele que atribuem à remuneração (sobretudo o operariado com 35% contra 64%), sendo a distribuição equilibrada nas classes III + IV, apesar de se tratar de grupos diferentemente colocados perante a posse dos chamados meios de produção. Nas classes de topo, pelo contrário, é muito superior o valor atribuído à realização profissional em comparação com a remuneração, em especial entre a nova burguesia assalariada (63% contra 32%).

O mesmo se pode dizer dessa outra dimensão da realização profissional que é o facto de a actual ocupação dos inquiridos ser «aquilo que sempre desejou fazer» ou, em alternativa, «o melhor que conseguiu arranjar». Ao invés do que se poderia talvez esperar, não há diferenças entre as duas grandes classes de assalariados (manuais e não manuais), com perto de 70% nos dois casos de inquiridos que tiveram de se contentar com «o que arranjam», sendo acompanhados nessa insatisfação pelos trabalhadores manuais independentes. Em contrapartida, todas as classes da metade superior da tabela declararam fazer «aquilo que desejam», com o habitual destaque para a «casta dos brâmanes» (66%).

A condição de classe está também associada às *motivações para o trabalho*. É certo que todos os grupos dão prioridade, relativa que seja, à motivação económica, mas a importância que lhe conferem varia entre os 38% da nova burguesia assalariada, que continua a desvalorizar simbolicamente o dinheiro, e os 64% do salariado manual. Inversamente, a realização profissional e a utilidade social, papel do desempenho, são valorizadas sobretudo pelas duas classes de topo, bem como por parte dos assalariados

²⁸ Maria de Lurdes Rodrigues, «Atitudes da população portuguesa perante o trabalho», in *Organizações e Trabalho*, n.º 14, pp. 33-63.

do sector terciário; os operários destacam-se por uma baixa reivindicação da utilidade do seu trabalho.

Altamente afectada pela condição de classe, em estreita associação com as desigualdades de «capitais escolares» que lhe está associada na sociedade portuguesa, é a *socialização primária relativa à realização pessoal e social*, ou seja, os valores e atitudes que os pais transmitem aos filhos nesta dimensão crucial das sociedades modernas. Quer no que diz respeito às motivações recebidas pelos inquiridos, quer no que estes consideram prioritário legar às novas gerações, quer ainda no que respeita às orientações a dar a estas últimas, o padrão é claro e corresponde, de forma geral, àquilo que a tradição sociológica nos habituou a esperar.

Assim, quando os inquiridos foram interrogados acerca das motivações recebidas dos pais acerca do seu futuro profissional, a classe dos patrões, empresários e profissionais liberais (classe I) destaca-se pela «ambição» (40%), seguida pelo «cumprimento do dever» (33%) e só acessoriamente pela necessidade de «ganhar a vida» (24%). Para a nova burguesia assalariada, o valor mais interiorizado é o «cumprimento do dever» (43%), seguido pela «ambição» (30%).

Inversamente, a necessidade de «ganhar a vida» prevalece entre todas as outras classes de acordo com a ordem que ocupam no esquema de estratificação adoptado, ultrapassando os 50% entre os trabalhadores manuais. Por sua vez, o «cumprimento do dever» está distribuído de forma equilibrada, mas a «ambição» parece ter sido inculcada em proporção inversa à classe social e/ou aos «capitais escolares» herdados e adquiridos pelos inquiridos, só sendo inferior à média (17%) entre os trabalhadores manuais, em especial os operários (12%). É lícito ver neste último indicador, como em alguns outros, um efeito da «necessidade de realização» (*need-achievement*) semelhante ao evocado outrora por David McClelland²⁹.

Quando interpelados acerca das *atitudes perante a vida pessoal e social* que os pais devem transmitir aos filhos, o padrão manifestado pelos inquiridos é semelhante. As duas classes de topo consideram que os pais devem prioritariamente ensinar os filhos a «serem responsáveis» (sobretudo a classe I) e a «interessarem-se pelas coisas da vida» (sobretudo a classe II), sendo seguidas nestas prioridades pelo salariedade não manual, o que indicia a influência do «capital escolar». Por sua vez, a pequena burguesia surge ao lado do operariado na valorização da «obediência» e na relativa desvalorização do «interesse pelas coisas da vida», mas já se separa do salariedade manual e dos trabalhadores independentes quando estes consideram que os pais devem sobretudo ensinar os filhos a «serem trabalhadores».

A influência dos «capitais escolares» manifesta-se de novo na forma como a posição de classe afecta a natureza daquilo que os pais devem, por assim dizer, legar aos filhos. Entre «dinheiro», «hábitos de trabalho» ou «espírito de independência», o legado mais importante é, para todas as classes, o «hábito de trabalho», o que confirma a forte orientação da sociedade portuguesa para o trabalho em geral e o *trabalho como esforço*, para usar a expressão de Maria de Lurdes Rodrigues, em particular³⁰. Continuam a verificar-se, contudo, diferenças entre as classes sociais concordantes com o padrão observado até aqui.

Assim, todas as classes desvalorizam o «dinheiro» enquanto legado dos pais aos filhos, excepto os assalariados manuais, que são os únicos a atribuírem-lhe um valor acima da média, sendo ao mesmo tempo os que menor valor atribuem ao «espírito de independência». Em contrapartida, os membros da burguesia dizem valorizar acima de tudo o «espírito de independência» e são também aqueles que menor valor atribuem, comparativamente, aos «hábitos de trabalho». As classes intermédias alinham por este padrão de acordo com a sua posição no esquema.

Foi ainda este padrão atitudinal que prevaleceu quando se pediu aos inquiridos que optassem entre a importância, para os jovens, de «um bom emprego» ou de «um bom curso». É de presumir que os inquiridos não ignoram a forte correlação empírica que existe entre as duas opções, mas não deixa de ser significativo, como indicador da valorização simbólica que é feita do «capital escolar», que a população observada se tenha dividido praticamente ao meio entre «um bom emprego» (48,5%) ou «um bom curso» (50%).

É de notar, todavia, que a classe I, embora dê preferência ao «capital escolar», está muito dividida e é aquela que se encontra mais próxima dos trabalhadores manuais, de cujas classes provém em boa medida, na valorização do «emprego». Em contrapartida, a nova burguesia, bem como o salaríado não manual e até a pequena burguesia tradicional, dão clara preferência ao «curso».

Não é impossível que, entre as faixas etárias mais jovens da população, independentemente da sua condição de classe, a orientação em favor da aquisição de «capital escolar» tenha vindo a aumentar perante a efectiva massificação das oportunidades de acesso ao sistema de ensino que se tem verificado na última década.

Estas observações são tanto mais significativas quanto, se é certo existir, como dissemos, uma clara correlação positiva entre, por um lado, os «capi-

³⁰ M. L. Rodrigues, art. cit.

tais escolares» herdados e/ou adquiridos pelos inquiridos e, por outro, a sua posição hierárquica neste esquema de classes, a valorização do «curso» não surge aqui apenas como uma atitude derivada da posse desses «capitais», ou seja, não é um mero traço distintivo de quem os possui. É sobretudo um atributo estratégico de classes que frequentemente não possuem tal «capital» e a maior parte das vezes não o herdaram, conforme se verifica pela análise do seu *background escolar*, mas que pretendem efectivamente legar «um curso» aos filhos. Na mesma linha de ideias, não é fortuito que a nova burguesia assalariada confira ao investimento na educação, entre um conjunto de políticas públicas, uma importância duas vezes superior à média da população inquirida (30% contra 14%).

Para terminar esta bateria de indicadores relativos à socialização para a realização pessoal e social, o padrão observado é confirmado pela distribuição das atitudes das diferentes classes perante a *orientação que os jovens devem seguir na vida*: a orientação familiar ou a do próprio jovem? Mais rigorosamente ainda do que a opção entre «um bom emprego» ou «um bom curso», este novo indicador volta a dividir a população inquirida ao meio.

Assim, se considerarmos que a orientação familiar corresponde a uma atitude tradicional perante a socialização dos jovens, então as classes mais conservadoras são, como se podia prever, a pequena burguesia tradicional e os trabalhadores manuais independentes, que a este respeito mal se distinguem entre si, e sobretudo o salaríado manual, 59% de cujos membros dão preferência à orientação familiar. Inversamente, a atitude moderna, ou seja, a prioridade conferida à orientação individual, prevalece entre as classes que antes haviam valorizado o «capital escolar», sobretudo entre a nova burguesia assalariada, 73% de cujos membros manifestam esta última atitude.

O padrão que acabámos de observar é, globalmente, corroborado pela forma como os ocupantes dos diversos lugares de classe se distribuem segundo o *índice de orientação à modernidade* construído já em 1991 de acordo com a forma como a «modernidade» é convencionalmente concebida³¹. Contudo, nota-se que, nesse conjunto de indicadores, o ordenamento das classes segundo os seis escalões que vão da «orientação máxima» à «orientação nula à modernidade», a hierarquia das classes apenas é alterada pelo facto de o salaríado não manual (classe IV) apresentar uma «orientação à modernidade» ligeiramente mais forte do que a pequena burguesia (classe III), o que se deve certamente ao maior «capital escolar» que os seus membros tendem a possuir.

No topo do esquema de classes, se é certo que a classe I apresenta de longe a maior percentagem de indivíduos com a «máxima orientação à modernida-

de» (11%), a classe II é mais homogénea, surgindo com menos indivíduos na metade inferior da escala (apenas 30% contra 42% da classe I). A título comparativo, acrescenta-se que, no outro extremo, a classe VI vê dois terços dos seus membros relegados para as três posições de menor «orientação à modernidade, isto é, o dobro da «casta dos brâmanes».

ATTITUDES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DAS CLASSES SOCIAIS PORTUGUESAS

É preciso esclarecer de imediato que a distribuição dos ocupantes dos diversos lugares do esquema de classes adoptado, segundo padrões atitudinais do tipo tradicional/conservador *versus* moderno/progressista, é de índole eminentemente sócio-cultural e não tem correspondência nas atitudes políticas nem no alinhamento dos inquiridos perante o espectro ideológico do sistema partidário português.

Acresce que, embora significativa, a correlação entre os lugares de classe e a orientação esquerda-direita é muito fraca. Não menos importante é o facto de 38% dos inquiridos não terem querido revelar as suas preferências políticas ou terem mesmo declarado não ter simpatia por qualquer partido. Dito isto, a distribuição dos inquiridos pelos partidos políticos situados, convencionalmente, à esquerda (PS + PCP + pequenos partidos de extrema-esquerda) e à direita (PPD/PSD + CDS/PP) revelou uma concordância flagrante com a teoria marxista clássica, já que os detentores de capital económico se posicionaram à direita na proporção directa do volume desse capital.

Assim, tendo em conta as recusas de posicionamento ideológico, a burguesia posicionou-se 50% à direita e 20% à esquerda, sendo a única classe em que a percentagem de simpatizantes do CDS-PP atinge os dois dígitos; o pequeno patronato situou-se 37% à direita e 26% à esquerda e os independentes 32% à direita e 28% à esquerda. Inversamente, todas as classes assalariadas se posicionaram maioritariamente à esquerda, destacando-se o salaríado não manual (44% contra 20% à direita), seguido da nova burguesia assalariada, 41% de cujos membros se posicionam à esquerda mas 28% se colocam à direita, enquanto o salaríado manual se posicionou 39% à esquerda mas só 20% à direita, já que 41% não assumiram posição no eixo político-partidário.

Descontados os inquiridos que não revelaram as suas simpatias partidárias e tendo em conta que as *preferências manifestas* estão necessariamente marcadas pela conjuntura prevalecte à data do inquérito (1994), a classe assalariada mais dividida, partidariamente, é a nova burguesia. Com efeito, ela distribuía então as suas preferências manifestas entre a esquerda e a

direita na proporção de 60% para 40%. Detentora embora de um «capital cultural» que não só explica a sua baixa propensão para a abstenção como lhe assegura um papel predominante na actual oferta ideológica, a nova burguesia é, por excelência, a «classe hesitante», ou melhor, o «pêndulo» do actual sistema político-partidário português.

Do ponto de vista do apelo dos partidos políticos junto das classes sociais, o PS é claramente o mais interclassista, fazendo o seu melhor *score* entre o salariado manual (31%) e o pior entre a burguesia (20%). O PSD conhece já uma maior polarização social dos seus simpatizantes, fazendo o melhor *score* entre a burguesia (38%) e o pior entre o salariado não manual (17%), que confirma assim ser a classe ideologicamente mais à esquerda neste esquema. O PCP é, como se sabe, o partido mais polarizado socialmente, não recolhendo quaisquer simpatias na burguesia nem praticamente na pequena burguesia, mas curiosamente faz os seus melhores *scores* marginais entre o salariado não-manual (9%) e a nova burguesia assalariada (8%), e não entre o salariado manual (7%): é impossível dizer, dada a pequena expressão absoluta destas percentagens, se estamos perante uma influência do «capital escolar» ou da origem operária de alguns destes simpatizantes que o PCP conta nas classes II e IV. Por seu turno, o CDS-PP está também muito polarizado entre os 13% de simpatizantes que conta na classe I e os 2% que recolhe na classe VI.

Quanto à composição social dos simpatizantes dos partidos, tendo portanto em conta a dimensão de cada classe do esquema, o PS surge claramente como um «partido de assalariados»: 46% dos seus simpatizantes pertencem ao salariado manual, 22% ao salariado não manual e 9% à nova burguesia assalariada, ou seja, 77% do *eleitorado manifesto* do partido recruta-se nas classes assalariadas. Junto do pequeno patronato e dos trabalhadores independentes, o PS recolhe 21% de simpatias igualmente repartidas entre os dois grupos.

O PCP, apesar do que ficou dito acima, continua ainda a ser um «partido operário», já que 52% dos seus simpatizantes se recrutam na classe VI, sendo 27% provenientes do salariado não manual e 12% da nova burguesia assalariada, ou seja, 91% do *eleitorado manifesto* do PCP é constituído pelas três classes assalariadas.

As classes não assalariadas, que em conjunto constituem apenas 29% do universo, são portanto insuficientes para alimentar os *eleitorados manifestos* do PSD e do CDS-PP. Assim, é importante registar, a fim de identificar posteriormente os factores que poderão explicar as diferenças político-partidárias dentro das classes assalariadas, que também o PSD e o CDS-PP contam entre os seus simpatizantes com uma maioria relativa de membros do salariado manual, respectivamente 35% e 26%, mas apenas 14% cada um deles junto do salariado não manual, e 10%, ambos igualmente, junto da nova

burguesia assalariada. Deste modo, o CDS-PP é o partido que mais depende das classes proprietárias: 22% do seus simpatizantes recrutam-se na pequena burguesia e 12% na burguesia, bem como 16% nos trabalhadores manuais independentes, ou seja, 50% do seu *eleitorado manifesto* provém dos não assalariados. Finalmente, 19% dos simpatizantes do PSD são provenientes da pequena burguesia, 14% dos independentes e 6% da burguesia.

Em suma, verifica-se que, de acordo com as teses convencionais, o lugar ocupado pelos inquiridos neste esquema de classes afecta, moderadamente embora, o seu posicionamento político-partidário. Contudo, conforme já sucedia para o conjunto de atitudes e comportamentos sociais acima analisado, verifica-se também que os agrupamentos de classe estão muito longe de serem homogêneos.

Fica esta indicação, portanto, para futuras pesquisas que venham a esclarecer os factores que contribuem para a heterogeneidade de opiniões e preferências manifestadas por cada classe social. Um deles será, em parte, a origem de classe dos inquiridos, mas a correlação entre o eixo esquerda-direita e a classe social dos pais dos inquiridos, embora estatisticamente significativa, é quase nula. Certamente mais explicativa será a posse diferenciada de «capitais escolares e culturais», à qual aludimos muitas vezes; finalmente, outro factor importante será ainda a cultura cívica regional enquanto condensadora de uma multiplicidade de variáveis tais como a religiosidade, acerca da qual não recolhemos dados.

A este último respeito, é possível acrescentar, contudo, um indicador significativo. Quando interrogados acerca da importância que os inquiridos atribuem, comparativamente, à opinião dos partidos políticos ou à da Igreja católica, só os ocupantes das duas classes do topo, com destaque para a nova burguesia, é que atribuíram maior importância à opinião dos partidos, sendo os trabalhadores manuais independentes e assalariados quem atribui maior importância à opinião da Igreja. Paradoxalmente, desta vez foram as classes detentoras de mais elevado «capital escolar» que optaram com maior frequência por não responder ao quesito.

Com efeito, o «factor escolar» também não funciona de forma linear na formação das opiniões de classe. Como já anteriormente argumentei, entre o sistema de estratificação social e as modalidades de assunção do exercício da cidadania política emergem dois factores de mediação e potenciação dos «capitais» possuídos: a *mobilização cognitiva* e a *exposição aos media informativos*³².

Assim, enquanto o primeiro daqueles índices distribui os inquiridos de acordo com a posição hierárquica que ocupam no esquema de classes na proporção de quatro para um entre os dois escalões extremos, já o segundo

³² M. V. Cabral, *op. cit.*, cap. 6, pp. 123-150.

índice os distribui de modo ainda mais acentuado, na proporção de dez para um entre os mesmos dois escalões, ao mesmo tempo que os membros do salaríato não manual revelam uma exposição aos *media* informativos claramente superior à pequena burguesia. Daqui é lícito inferir que práticas tais como a discussão política e a leitura de jornais, sendo correlativas das disposições gerais de cada agrupamento de classe, potenciam de facto os «capitais» genericamente possuídos e, por conseguinte, as suas atitudes e comportamentos perante a vida política.

Se tentarmos emprestar conteúdo social a essas atitudes e comportamentos, verifica-se que a avaliação que os inquiridos fazem da *equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas*, de que tratei extensamente no meu trabalho sobre as relações entre cidadania política e equidade social³³, só em escassa medida corresponde à distribuição das classes sociais segundo o eixo esquerda-direita.

Com efeito, a nova burguesia assalariada confirma o seu carácter politicamente hesitante, pois, apesar das simpatias da maioria dos seus membros pelos partidos de esquerda, ela junta-se às outras «burguesias» numa avaliação muito mais favorável do *sistema de equidade* do que os ocupantes dos três lugares inferiores do esquema de classes. A burguesia e a pequena burguesia são, contudo, as únicas classes que fazem uma avaliação globalmente favorável da equidade do sistema sócio-económico. Ao invés, os trabalhadores manuais independentes, apesar das simpatias manifestadas pelos partidos de direita, juntam-se agora ao salaríato não manual e à «classe operária» numa avaliação fortemente negativa do referido sistema.

Por outras palavras, a posição perante as oportunidades sociais e a distribuição dos rendimentos afecta de forma mais decisiva do que a propriedade de «meios de produção» a avaliação que os inquiridos fazem da equidade do sistema sócio-económico. É lícito concluir daqui que, nas sociedades modernas, a relevância de valores como a igualdade de oportunidades e a justiça distributiva não é menor, para a formação das atitudes sociais, do que a noção marxista de exploração. Antes pelo contrário. Em todo o caso, a orientação àqueles valores parece ser bastante mais explicativa do que o velho critério da «consciência de classe»³⁴.

O IMPACTO DA MOBILIDADE SOCIAL

Resta averiguar o peso que tem em Portugal o impacto atribuído à mobilidade social, segundo teorias que recuam ao clássico de Sombart, *Por que é que não há socialismo na América?*, sobre as atitudes e comportamentos

³³ *Ibid.*, pp. 8-9, 34-37, 54-56, 75, 114-117, 121 e 137-140.

³⁴ Cf. Estanque e Mendes, *op. cit.*, cap. 7, pp. 147-171.

de classe. Na realidade, perante os resultados do presente inquérito, a mobilidade parece ter um impacto bastante mitigado.

Antes, porém, vejamos quais as opiniões expressas pelos inquiridos, segundo a classe a que pertencem, acerca do factor mais importante para alguém «subir na vida». Entre as seis opções oferecidas pelo questionário, duas — a «sorte» e o «esforço e trabalho» — retiveram em proporções idênticas as preferências dos inquiridos (33%), seguindo-se outras duas — o «estudo» e a «ajuda de pessoas influentes» — com percentagens também muito próximas (entre 12% e 11%).

A correlação com o lugar ocupado no esquema de classes é significativa e, como se podia esperar, os dois grupos inferiores da escala destacam-se pela importância que atribuem à «sorte», enquanto todos os outros dão prioridade ao «esforço e trabalho», com destaque para os membros das duas classes do topo. A importância atribuída ao «estudo» tem uma distribuição análoga, destacando-se previsivelmente a «casta dos brâmanes», que é a única a colocar o «capital escolar» imediatamente a seguir ao «trabalho». Finalmente, a «ajuda de pessoas influentes», ou seja, a inserção em redes de influência, é considerada importante por quem menos relações sociais desse tipo terá, a saber, a pequena burguesia e os assalariados manuais e não manuais; a excepção são os independentes.

Se é lícito especular, não é impossível ver aqui duas lógicas a operar em confronto, mas ambas conformes à teoria de Elster sobre os processos psico-sociais de formação das *preferências adaptativas*³⁵. Com efeito, enquanto as classes melhor sucedidas tendem a atribuir a «subida na vida» ao «trabalho» e ao «estudo», as classes pior sucedidas tendem a atribuir o êxito das outras à «sorte» e à «influência social». Por outras palavras, enquanto os primeiros valorizam as qualidades que vêm em si próprios, os segundos desvalorizam essas qualidades e confortam-se, como a raposa da fábula de La Fontaine evocada por Elster, com a ideia de que a sua condição social se deve à falta de «sorte» e de «amigos influentes».

Conhecidas as atitudes de classe perante o «êxito social», vejamos então qual o impacto que as mobilidades ascendente e descendente têm sobre o conjunto das outras atitudes e comportamentos sociais inquiridos. Assim, é de registar que, enquanto a posição ocupada no esquema de classes não afectava a satisfação dos inquiridos com a sua actividade profissional, ela já é afectada, ainda que muito mitigadamente, pela mobilidade ascendente. Com efeito, esta parece criar nos seus beneficiários aquele tipo de insatisfação paradoxal que a teoria da privação relativa ajuda a compreender, ou seja, a «subida» aumenta a «vontade de subir», em vez de a satisfazer.

³⁵ Jon Elster, *Sour Grapes: studies in the subversion of rationality*, Cambridge University Press.

O efeito da mobilidade ascendente já é mais sensível na atitude dos inquiridos perante a opção entre uma ocupação «mais interessante» ou «melhor remunerada», não sendo de surpreender a coincidência na opção por uma «ocupação mais interessante» por parte dos indivíduos em ascensão e pelos membros das «classes altas». O efeito da ascensão social revela-se ainda mais acentuado quando 49% dos seus beneficiários declaram que a sua actual ocupação profissional corresponde «àquilo que sempre desejaram fazer», enquanto mais de 60% do resto dos inquiridos declaram que a sua actual ocupação «foi o melhor que arranjam».

Se a trajetória ascendente tem o impacto que acabamos de registar, já a mobilidade descendente não revelou até aqui efeitos estatisticamente significativos. A não ser o distanciamento dos inquiridos afectados por ela não em relação aos indivíduos em ascensão, mas sim em relação àqueles que não conheceram qualquer tipo de mobilidade. Dos três grupos, estes últimos distinguem-se por apresentarem o perfil atitudinal mais «conservador».

Com efeito, se nos guiarmos pelo *índice de orientação à modernidade*, verifica-se que os inquiridos socialmente estacionários manifestam, claramente, uma orientação à modernidade menor do que os indivíduos móveis. Este resultado repete-se, praticamente, com todos os outros indicadores relativos às suas atitudes sociais. Assim, na escala de seis graus do referido índice, 55% dos inquiridos em «ascensão social» e 49% dos inquiridos em «descenso» situam-se na metade superior da escala, enquanto 60% dos estacionários se situam nos graus de menor orientação à modernidade. Os dados do índice de *orientação ao pós-materialismo versus materialismo*, inspirado em Inglehart³⁶ e cobrindo dimensões semelhantes do perfil atitudinal da população inquirida, apontam no mesmo sentido, já que o grupo estacionário revela ser, mitigadamente embora, o mais *materialista* dos três e o grupo dos indivíduos em ascensão social o mais *pós-materialista*.

É certo, por outro lado, que a maioria dos inquiridos socialmente estacionários é mais idosa e possui recursos escolares mais escassos do que os grupos móveis, ocupando os lugares mais baixos do esquema de classes. São eles ainda quem se considera mais desfavorecido do ponto de vista económico e quem revela menores expectativas de melhoria. Talvez por tudo isso, tendem a aderir a um certo igualitarismo distributivo e a fazer uma avaliação fortemente negativa da equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas: com efeito, 60% deles fazem essa avaliação negativa contra apenas 46% dos inquiridos que subiram socialmente; quanto aos que conheceram uma trajetória descendente, 56% fazem também uma avaliação negativa do sistema.

Contudo, estes inquiridos afectados pela mobilidade descendente manifestam, com frequência, um padrão de atitudes e aspirações mais próximo dos que ascenderam socialmente do que do grupo estacionário. Assim, é lícito concluir que os inquiridos com trajectórias sociais descendentes, além de possuírem recursos superiores aos dos estacionários, recusam-se, na sua maioria, a interiorizar os valores dos lugares que ocupam. Também não é de excluir que aspirem a regressar à sua classe de origem, como aliás é possível que venha a suceder a alguns, já que muitos são relativamente jovens e podem não ter ainda concluído o seu percurso social individual.

Enfim, não é de admirar que os inquiridos com trajectórias ascendentes sejam aqueles que exibem uma orientação mais forte à modernidade e que sintam «ter subido na vida» (78%), ao mesmo tempo que rejeitam, na sua maioria, os valores igualitários e a avaliação negativa da equidade do sistema sócio-económico manifestados pelas classes sociais donde frequentemente provêm.

Neste contexto, convém não esquecer que estamos quase sempre perante mobilidades de curto ou médio alcance. De facto, a mobilidade ascendente de longo alcance, correspondente à subida de três degraus da escala social pelo menos, abrange apenas 12% da amostra e a equivalente mobilidade descendente apenas 5%. Assim, as atitudes e comportamentos registados para os inquiridos afectados pelos três tipos de trajectórias — ascendente, descendente ou estacionária — tendem a reflectir o peso das classes predominantes em cada um desses grupos.

Ora, sendo a mobilidade descendente metade da ascendente (cf. quadro III, p. 399), verifica-se que, enquanto a esmagadora maioria dos «estacionários» pertence à classe VI (78%), entre os inquiridos com trajectórias ascendentes contam-se 35% na classe IV, 26% nas classes I e II, 22% na III e 17% na V. Por seu turno, os inquiridos com trajectórias descendentes encontram-se em maioria na classe VI (60%) mas têm também expressão nas classes II e IV, isto é, entre os assalariados não manuais (26%), o que contribui para conferir ao grupo um perfil atitudinal substancialmente diferente dos «estacionários». Vale a pena acrescentar que os valores referidos encontram confirmação na avaliação subjectiva que cada um dos três grupos faz da sua posição social.

Quanto às *origens de classe* dos inquiridos móveis, verifica-se que a esmagadora maioria daqueles que têm trajectórias ascendentes provêm, pela força da estrutura de classes da geração anterior, do salariado manual (68%) e dos trabalhadores manuais independentes (16%). Por sua vez, aqueles que apresentam trajectórias descendentes provêm sobretudo dos independentes (30%) e da pequena burguesia (28%), que assim confirmam ser dois lugares de classe muito instáveis, mas também do salariado não manual (28%), bem como das classes I e II (25%), constituindo portanto um grupo muito heterogéneo. Como acontecia acima, estes valores correspondem também à visão subjectiva que não só os grupos móveis, mas também o grupo estacionário, têm da posição social dos seus pais.

CONCLUSÃO

À luz dos resultados analisados anteriormente, parece pois confirmar-se a tese de Frank Parkin, segundo a qual o cruzamento das origens de classe com os lugares ocupados no sistema de estratificação tem um duplo efeito: enquanto os grupos em ascensão tendem a adoptar os valores e atitudes dos lugares de chegada, os grupos em queda tendem a manter os valores e atitudes dos lugares de origem.

É isto, em todo o caso, que os comportamentos políticos dos três tipos de trajectórias sociais tendem a confirmar. No eixo esquerda-direita é flagrante a semelhança de orientações à esquerda, que variam apenas entre 36% e 38%, situando-se os inquiridos sem mobilidade entre esses valores (37%). À direita, situam-se apenas 18% dos «estacionários» contra 26% dos «ascendentes» e 27% dos «descendentes». Em compensação, 45% dos inquiridos sem mobilidade não quiseram posicionar-se no eixo contra 37% daqueles que «subiram» de classe e 35% dos que «desceram», o que constitui, como já vimos, um efeito diferencial dos respectivos «capitais escolares».

De facto, os inquiridos socialmente estacionários revelam, como era previsível, níveis de mobilização cognitiva e de exposição aos *media* informativos sensivelmente mais baixos do que os grupos móveis, que só se diferenciam entre si por uma exposição aos *media* algo mais baixa dos inquiridos com trajectórias descendentes. Assim, não é ilícito pensar que o duplo movimento da mobilidade social, sendo para mais a ascendente dupla da descendente, terá contribuído para inflectir para a direita as orientações ideológicas prevalentes, *et ceteris paribus*, na geração anterior.

Em suma, a mobilidade social, em particular quando ela corresponde sobretudo a um *fluxo constante* de pessoas entre lugares num sistema de classes basicamente inalterado, como é o caso em Portugal, pouco parece afectar o sistema de valores dominante, embora tenda a esbater, como previam as teses convencionais, a polarização das atitudes de classe. Sobretudo se tivermos em conta que, paralelamente aos movimentos de mobilidade social, o rendimento real das famílias aumentou consideravelmente durante o período e que, nos anos anteriores ao inquérito, terá mesmo ocorrido uma certa diminuição das desigualdades económicas³⁷. Neste contexto, a mobilidade social terá pois funcionado, para usar a expressão de Parkin, como «uma válvula de segurança»³⁸.

³⁷ C. Farinha Rodrigues, *Measurement and decomposition of inequality in Portugal, 1980/81-1989/90*, Lisboa, CISEP, 1993.

³⁸ F. Parkin, *Class Inequality and Political Order* (1971), Londres, Granada, 1981, pp. 49-60.